

Hilbert Maximillano Akihito Obara

**REVERSIBILIDADE DAS  
TUTELAS DE URGÊNCIA**  
A PONTA DO ICEBERG

*Appris*  
Editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

O121r Obara, Hilbert Maximillano Akihito  
2021 Reversibilidade das tutelas de urgência : a ponta do iceberg /  
Hilbert Maximillano Akihito Obara. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.  
325 p. : 27 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-250-0963-6

1. Tutela antecipada. 2. Positivismo jurídica. 3. Segurança jurídica.  
4. Jurisprudência. I. Título. II. Série.

CDD - 341

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

The logo for Appris Editora, featuring the word "Appris" in a large, stylized, handwritten-style font, with "Editora" in a smaller, simpler font underneath it.

Editora e Livraria Appris Ltda.

Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês

Curitiba/PR - CEP: 80810-002

Tel. (41) 3156 - 4731

[www.editoraappris.com.br](http://www.editoraappris.com.br)

Printed in Brazil

Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

<b>1</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E SOCIAIS PARA O DESVELAMENTO DOS PREJUÍZOS AUTÊNTICOS E INAUTÊNTICOS NO PROCESSO CIVIL DE CUNHO DEMOCRÁTICO</b> .....	23
<b>1.1 DESDOBRAMENTOS ALICERÇADORES DO MEDIEVO – DESCENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE PODER NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO</b> .....	30
<b>1.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO PERÍODO ILUMINISTA – A HERANÇA IMPRESCINDÍVEL PARA O PORVIR DEMOCRÁTICO</b> .....	39
1.2.1 Origem do Estado de Direito – a aposta liberal na cientificidade, codificação e isonomia da lei .....	46
1.2.2 Consolidação dos direitos subjetivos – Corolário da ideologia liberal .....	56
1.2.3 – Processo de constitucionalização escrita dos Estados – Inauguração de novas possibilidades .....	65
<b>1.3 AMARRAS DOS EMBATES AXIOLÓGICOS/POLÍTICOS - PRESSUPOSTOS IMPORTANTES PARA AS EXPECTATIVAS DEMOCRÁTICAS</b> .....	75
1.3.1 Perspectivas hodiernas – descortinamento de escudos do capitalismo excludente na persecução de fins democráticos.....	84
<b>1.4 POSSIBILIDADES E LIMITES JURISDICIONAIS – IMBRICAÇÕES DAS EXIGÊNCIAS SOCIAIS E DEMOCRÁTICAS</b> .....	94
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O DIREITO NA CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E A CRISE DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: STANDARDS DE RACIONALIDADE NA DESCONSTRUÇÃO DE ÓBICES POSITIVISTAS DO DIREITO</b> .....	105
<b>2.1 O NÍVEL ANTERIOR DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA COMO PRESSUPOSTO PARA O FORNECIMENTO DE STANDARDS DE RACIONALIDADE NO DIREITO E NO PROCESSO</b> .....	105
<b>2.2 DIREITO NATURAL E POSITIVISMO – A OSTENSIVA ULTRAPASSAGEM DO OBJETIVISMO LEGALISTA</b> .....	114
2.2.1 Evolução do Direito Natural – admissão da correção extrínseca do Direito .....	131
<b>2.3 OS MÉTODOS INTERPRETATIVOS E O POSITIVISMO – A VELADA ADMISSÃO DO SUBJETIVISMO JUDICIAL</b> .....	142
2.3.1 A viragem linguística e a condição de possibilidade hermenêutica filosófica – inadmissibilidade da interpretação como instrumento positivista.....	157
2.2.2 Credulidade metafísica no direito – o véu desvelado do subjetivismo no positivismo .....	167
<b>2.4 HERMENÊUTICA-FILOSÓFICA E CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA</b> .....	176
2.4.1 A proposta pós-positivista – resposta constitucional e democrática do direito .....	186
2.4.2 Novas possibilidades jurídicas– Combate à crise do direito e do processo .....	194

**CAPÍTULO 3****DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO E DA ATUAÇÃO JUDICIAL NO BRASIL –****COMPREENSÃO HISTÓRICA DAS TUTELAS DE URGÊNCIA.....201****3.1 ASPECTOS RELEVANTES DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO/POLÍTICO/JURÍDICO  
PROCESSUAL E SUAS IMBRICAÇÕES NO SISTEMA BRASILEIRO – MODELO CONTINENTAL E  
ANGLO-AMERICANO ..... 201**

3.1.2 O processo e os poderes judiciais em face das transformações sociais/políticas/jurídicas..... 210

**3.2 PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA – DO DIREITO ROMANO  
AO DIREITO NACIONAL CONTEMPORÂNEO..... 218**

3.2.1 O berço das tutelas de urgência no direito romano e medieval – Institutos importantes para a compreensão das tutelas de urgência na atualidade..... 218

3.2.2. O tratamento legislativo das tutelas de urgência no Brasil - Das ordenações ao Código de Processo Civil de 2015 ..... 224

3.2.3 Tutelas de urgência e as amarras da modernidade – Superação em prol do objetivo constitucional e democrático ..... 231

3.2.3.1. A (não) preventividade do juízo declaratório – Pressuposto engessante da cognição exauriente..... 231

3.2.3.2. A preventividade em cognição sumária – Desnudamento da insubsistência do juízo de certeza de pretensão liberal em benefício constitucional democrático ..... 237

4.2.2.3. O sincretismo nas tutelas de urgência – Técnicas para a superação do modelo procedimental moderno ..... 246

**CAPÍTULO 4****O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DA (IR)REVERSIBILIDADE – CONEXÕES POLÍTICAS/  
FILOSÓFICAS/JURÍDICAS.....253****4.1 O REFLEXO DO DESENVOLVIMENTO JURÍDICO E POLÍTICO EUROPEU NA PRODUÇÃO  
LEGISLATIVA ATINENTE AO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO – FORMAÇÃO DO QUADRO PROPÍCIO  
PARA A PREVISÃO LEGAL DA REVERSIBILIDADE ..... 253**

4.1.1 A origem da (ir)reversibilidade no direito comparado e suas premissas ultrapassadas ..... 260

4.1.2 A recepção da (ir)reversibilidade no ordenamento jurídico brasileiro– Crítica ao sentido do retorno ao *status quo* ..... 265

4.1.3 O quadro atual da (ir)reversibilidade no direito pátrio – Ultrapassagem da teoria da irreversibilidade recíproca para o aprofundamento de soluções preventivas e reparatórias ..... 272

**4.2 O PROCESSO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO – INCOMPATIBILIDADE COM A  
REVERSIBILIDADE EM FACE DA ABERTURA PARA O ARBÍTRIO JUDICIAL..... 281****4.3 VETORES DE RACIONALIDADE HERMENÊUTICO FILOSÓFICOS – DESVELAMENTO DA  
ARMADILHA IMPEDITIVA DE UMA TUTELA DE URGÊNCIA JURIDICAMENTE ADEQUADA ..... 289****5****CONCLUSÃO.....305****REFERÊNCIAS.....311**